

FMI não

crê no expurgo e quer livre negociação

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está pessimista quanto à queda da taxa de inflação brasileira; considera "insignificante" o impacto do expurgo de aumentos de preços que o governo pretende fazer em alguns indicadores econômicos, e concorda que as pressões políticas estão impedindo a adoção de um programa mais rígido de ajuste da economia nacional, principalmente no que se refere à redução do déficit público, através de cortes mais acentuados nos gastos de custeio das empresas estatais.

Essa avaliação foi feita ontem por um membro da missão, que terá amanhã pela manhã mais uma reunião com os ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvães. A reunião, que se realizará no Palácio do Planalto, servirá para definir as novas metas do acordo do Brasil com o Fundo, especialmente no que se refere ao déficit público e à taxa "realista" de inflação. A partir da definição desses pontos começará a ser elaborado um novo adendo à Carta de Intenções que formalizou o acordo do Brasil com o FMI. Uma nova missão do Fundo deverá vir ao Brasil somente em novembro ou dezembro.

LIVRE NEGOCIAÇÃO

Mesmo depois da decisão de expurgar alguns aumentos de preços do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — que tornará menores os reajustes de salários e outros indicadores econômicos — o Fundo Monetário Internacional (FMI) continua recomendando ao governo a imediata adoção do sistema da livre negociação salarial. Os técnicos daquele organismo, que estão em Brasília, acreditam que somente uma alteração na legislação salarial vigente é capaz de eliminar um dos principais focos do déficit público nacional: a estrutura salarial das empresas estatais.

A grande preocupação do Fundo, no caso da economia brasileira, é o déficit público, constituído, na opinião de seus especialistas pelas operações das autoridades monetárias (como subsídios sem o respectivo respaldo de recursos fiscais) e pelas estatais, onde a folha de pagamento dos funcionários tem papel preponderante. Um dos realimentadores desse déficit já começou a ser neutralizado com a redução dos subsídios ao petróleo, trigo, açúcar e ao crédito, mas o outro, apesar dos cortes das vantagens e benefícios salariais das empresas estatais, ainda permanece latente — acreditam.

De acordo com as posições manifestadas pelos técnicos da missão a algumas autoridades

do governo brasileiro, o expurgo do INPC e as mudanças introduzidas na lei salarial pelo Decreto-Lei 2024 não são suficientes para neutralizar o caráter inflacionário do sistema salarial vigente, que concede reajustes semestrais.

Por esses aspectos e diante da inflexibilidade do governo em promover modificações mais profundas na legislação através de decretos, o FMI acha que o caminho está na livre negociação. A adoção desse sistema de reajustes promoveria o necessário achatamento salarial, único fator capaz de reverter o processo inflacionário brasileiro, na ótica do FMI, segundo fontes oficiais. Depois desse achatamento, seria possível estabelecer uma nova estrutura de salários no quadro das empresas públicas — pelo raciocínio desenvolvido pelos técnicos do Fundo às autoridades brasileiras.

OPÇÃO ERRADA

O técnico lamentou que o governo não tenha pôdido aprofundar a contenção dos gastos com custeio das empresas estatais, precisando, em consequência, penalizar com maior intensidade os investimentos. A escolha deste caminho — os investimentos foram reduzidos em 25% — refletirá negativamente na produção nacional, pois a recessão aumentará e o desemprego, também. Observou, ainda, que no total, o corte nos dispêndios globais das estatais, será de somente 3%, o que na verdade significa que haverá um aumento real nas despesas com custeio (formadas basicamente pela folha de pagamento).

Para o FMI, segundo explicou o integrante da missão, o ideal seria que todos os segmentos da sociedade dessem a mesma cota de sacrifício, mas destaca que a complexidade econômica do país penaliza uns mais que os outros. Segundo ele, o setor estatal é o mais forte e, por isso, será o menos prejudicado. Essa situação — observou — decorre do tipo de desenvolvimento nacional que propiciou o fortalecimento do setor estatal.

Especificamente quanto ao corte nos investimentos em proporção diferente do custeio, reconhece que as manifestações dos funcionários dessas empresas, contrária ao corte nas vantagens e benefícios salariais, fez o governo amenizar as medidas nesta área.

Um técnico do governo brasileiro revelou ontem que as autoridades nacionais já deixaram bem claro à missão e à chefia do próprio Fundo que "não adianta aplicar a tabuada do FMI no caso do Brasil". O recado parece ter sido bem as-

simulado por seus técnicos que vêm nas fórmulas econômicas brasileiras sempre "uma maneira de complicar tudo". Ao fazer tal observação, o técnico comentava a fórmula usada para proceder os reajustes salariais. "Em vez de considerar a perspectiva da inflação futura, leva em conta o que passou. No sistema anterior era mais complicado, ainda, computava uma parte da inflação passada e outra da expectativa futura. Assim, é muito difícil" — declarou.

INFLAÇÃO

Segundo as observações do técnico da missão, a taxa de inflação neste mês deverá superar os 10%, fazendo com que o índice anual evolua de 120% para 130%. O expurgo nos índices, de acordo com ele, deverá representar muito pouco nessa taxa — algo entre 3 e 4 por cento e terá efeito somente em junho". "Isto é insignificante para o tamanho da inflação brasileira" — disse, observando que o reflexo desse expurgo no reajuste de salários "nem será sentido". Para ele, o importante é uma queda na taxa de inflação. "Aí sim, os salários passariam a ter ganhos reais".

O ideal, em termos de inflação, na opinião desse membro da missão, seria que, a partir de julho, a taxa mensal caísse para 4%. Acha, porém, muito difícil essa tarefa e acredita, mesmo, que somente a partir de setembro, o Brasil poderá voltar a ter taxas nesse nível.

Para o FMI, o Brasil tem se apresentado como um caso difícil face suas inúmeras peculiaridades e características que diferem dos demais países em desenvolvimento. Nas conversas que mantiveram ao longo da semana, a missão do Fundo explicou como vê a economia brasileira e apontou os pontos que dificultam a solução do problema:

- 1) nunca viram uma economia tão indexada quanto a brasileira;

- 2) o regime federativo impede a adoção de uma política mais rígida, pois é necessário observar as peculiaridades regionais; e

- 3) apontaram o fato de o Brasil ser o único caso com quem o FMI tem acordo, onde em vez de a inflação descer, subirá.

DESCANSO

Sete dos nove integrantes da missão passaram o dia de ontem na cidade de Cristalina, a 100 quilômetros de Brasília. A cidade é famosa por suas pedras semi-preciosas. Além do chefe da missão, Eduardo Wiesner, participaram do passeio, Ana Maria Jul, Horst Struckmeyer Flickenschild, John Lipsky, Arno Liuksila e a secretária Isabel